**DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO REFERENTE À TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E REGIONAIS 2012-22[[1]](#footnote-1)**

Aline Cristina da Cruz - [alinecruz@ufsj.edu.br](mailto:alinecruz@ufsj.edu.br)

Karine Maria de Carvalho - [karine.cv.07@aluno.ufsj.edu.br](mailto:karine.cv.07@aluno.ufsj.edu.br)

Douglas Marcos Ferreira - [douglasferreira@ufsj.edu.br](mailto:douglasferreira@ufsj.edu.br)

Área Temática 3: Demografia, Espaço e Mercado de Trabalho.

**RESUMO**

Este estudo analisa a evolução do desemprego no Brasil entre 2012 e 2022, por meio da decomposição da taxa de desocupação em efeitos nível e composição, com foco nos fatores sociodemográficos e regionais. Para isso, foram aplicadas Análise Estatística Descritiva e Técnica de Decomposição às variações da taxa de desemprego com base nos microdados da PNAD Contínua. Os resultados indicam que o desemprego afeta de forma mais intensa grupos estruturalmente vulneráveis, como mulheres, negros, jovens, indivíduos com ensino médio, residentes em áreas urbanas e metropolitanas. O efeito-composição confirma a desigualdade na distribuição do desemprego, ao evidenciar que determinados segmentos populacionais têm maior probabilidade de permanecer fora do mercado de trabalho. Além disso, o efeito-nível representou 90% das variações médias da taxa de desemprego, o que reflete a deterioração das condições laborais no período analisado. A pesquisa reforça a influência de crises econômicas e reformas trabalhistas na ampliação do desemprego, bem como a intensificação da informalidade e a exclusão de grupos menos favorecidos. Diante desse cenário, o estudo identifica os principais fatores que influenciam a taxa de desemprego no Brasil sob perspectivas individuais e regionais e contribui para o debate sobre as desigualdades no mercado de trabalho e seus determinantes socioeconômicos.

**Palavras-chave**: Desemprego; Mercado de Trabalho; Grupos Vulneráveis; Crises.

# **INTRODUÇÃO**

O desemprego é uma realidade imposta a cerca de 8,5 milhões de brasileiros, ou seja, 7,8% da força de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), para o ano de 2023 (IBGE, 2023). Ademais, as desigualdades se tornam latentes, quando considerados marcadores sociais como gênero, raça, idade, nível de educação e setor de atividade, por exemplo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2022, a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho foi de 54,3%, enquanto a dos homens compreendeu 71%, esses percentuais evidenciam uma menor inserção feminina no ambiente laboral desse contexto (FGV, 2022). Em adição, segundo dados da pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – 2021 (CEMPRE, 2021), em 2021, o pessoal ocupado assalariado era composto por 55,1% de homens e 44,9% de mulheres.

Pochmann (2015), ao observar a evolução da taxa de desemprego brasileira de 2012 a 2015, também constata que a ampliação do desemprego não afeta todos os trabalhadores da mesma forma. Os contingentes mais impactados incluem mulheres, pessoas com 50 anos ou mais, de baixa escolaridade, principalmente, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em conformidade com Pochmann (2015), Brito, Silva e Rossi (2021) analisam o Brasil, em 2010, e ressaltam fatores, a exemplo de educação, idade, gênero e localização geográfica, como determinantes para a participação na força de trabalho do mercado laboral. Em síntese, o desemprego aflige, de maneira desigual, os indivíduos presentes no universo ocupacional, sendo intensificado por marcadores sociais, como raça, gênero e idade.

Segundo Carleial (2015), a partir de 2015, o Brasil vivenciou o acirramento de um contexto marcado por: desaceleração significativa do crescimento econômico, elevação da inflação, desequilíbrio fiscal e alta do desemprego. Explicitamente, no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-16), foi implementado o chamado ajuste de choque, o qual foi capaz de impor a forte redução dos gastos públicos, do salário real, do crescimento econômico, lado a lado com a elevação do desemprego e aprofundamento da desindustrialização brasileira. Dessa maneira, os impactos prejudiciais advindos do ajuste fiscal instaurado pautaram-se na perda de postos de trabalho formais, na ampliação do desemprego e na redução das possibilidades de manutenção dos ganhos reais, obtidos pelos trabalhadores brasileiros, de 2005 a 2015.

Além disso, nos anos de 2020 e 2021, o cenário econômico sofreu os desdobramentos da crise de COVID-19, como a desaceleração ou retração econômica generalizada, em muitos países, a queda na demanda e no consumo de bens, a elevação das taxas de desemprego e a consequente acentuação das desigualdades sociais. Para Auler (2022), a Reforma Trabalhista de 2017 e a crise pandêmica de 2020, marcadas pela retração do setor empregatício, intensificaram a necessidade do trabalhador de buscar alternativas para garantir seu sustento, com acréscimo significativo da representatividade do setor informal. Em adição, os grupos sociais mais desassistidos pelas leis trabalhistas e pelos acessos a direitos dos trabalhadores foram, especialmente, mais afetados por este cenário, os quais incluem jovens, mulheres, minorias étnicas e raciais, indivíduos com baixa escolaridade, entre outros.

Diante do exposto, a principal indagação da presente pesquisa é: Quais são os principais fatores capazes de influenciar a taxa de desemprego no Brasil, sob as perspectivas individual e regional, no período de 2012 a 2022? Dito isso, a hipótese desta análise, com base nos estudos de Alves (2022), Brito, Silva e Rossi (2021) e Pochmann (2015), é de que: No período em análise, o impacto do desemprego nas diversas coletividades é desigual, de acordo com as características socioeconômicas e demográficas, resultando em maior probabilidade de grupos sociais marginalizados se encontrarem em situação de desocupação.

Diante desse contexto, o principal objetivo é avaliar a evolução do desemprego nacional, a partir da decomposição da taxa de desocupação, com ênfase aos atributos sociodemográficos e regionais, entre os anos de 2012 e 2022. De forma específica, busca-se: Avaliar os fatores de maior influência sobre as oscilações de desemprego, ao longo do período, em efeito-nível (variação da taxa de desemprego dentro de cada grupo) e efeito-composição (variação da taxa de desemprego em função das alterações do peso relativo de diferentes conjuntos na PEA). Para tal, este artigo é composto por uma seção, para além da metodologia, dos resultados e das considerações finais. Essa tem como propósito abordar, a partir de revisão de literatura, a origem da estrutura de pensamento neoliberal, assim como seu impacto sobre o Brasil e as consequências para o mercado laboral advindas desse cenário.

# **LITERATURA EMPÍRICA E OS DETERMINANTES DO DESEMPREGO NO BRASIL**

O objetivo desta seção é apresentar alguns dos relevantes estudos empíricos acerca do desemprego e seu efeito desigual sobre os diversos grupos integrantes da sociedade, ao longo do século XXI. Afinal, as pesquisas empíricas fornecem subsídio para a compreensão do impacto do desemprego na vida da população e no estabelecimento das desigualdades sociais.

De acordo com Berg e Ribeiro (2010), houve progressos significativos no Brasil na promoção do trabalho decente, entre 1992 e 2008, especialmente, no que diz respeito à redução da informalidade, ao aumento do salário-mínimo e à implementação de políticas públicas para proteção social. Ademais, no período analisado, tornou-se perceptível a sensibilidade da trajetória do desemprego aos períodos de crise econômica e maior intensidade do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse cenário, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a persistência da informalidade, por exemplo, no setor primário e no terciário, além da discriminação de gênero e raça no ambiente de emprego, contudo, a falta de proteção social para muitos trabalhadores, como autônomos, atuantes na economia do cuidado e empreendedores de necessidade também é um obstáculo a ser superado. Dessa forma, o estudo sugere a necessidade de continuar a avançar na promoção do trabalho decente, por meio de políticas públicas voltadas para a formalização do trabalho e a proteção social, além de ações para combater a discriminação de gênero e raça no setor empregatício.

Na mesma linha de pesquisa, segundo a interpretação feita por Silva, Queiroz e Clementino (2016), houve mudanças no cenário laboral nas regiões metropolitanas do Brasil, a partir da década de 2000, especialmente, em relação à promoção do trabalho decente. Para chegar a essa conclusão, os procedimentos metodológicos da pesquisa pautaram-se em adaptações feitas na classificação ocupacional do IBGE, do ano de 2001, à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002 a 2008. Dessa forma, tornou-se possível construir as categorias sócio-ocupacionais e compará-las entre os anos selecionados. As modificações observadas pautaram-se em elevação significativa na formalização do emprego, principalmente, entre mulheres e jovens, além do acréscimo na escolaridade dos trabalhadores.

Apesar dos avanços salientados por Silva Filho, Queiroz e Clementino (2016), ainda persistem desigualdades regionais e de gênero na esfera de empregabilidade, com as regiões Norte e Nordeste revelando os piores indicadores, a exemplo de elevadas taxas de informalidade e baixa escolaridade. Além disso, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para acessar empregos formais e para receber salários equivalentes aos dos homens. Assim, evidencia-se a importância das políticas públicas para a promoção do emprego e da inclusão social para estimular o crescimento econômico, bem como políticas de educação e formação profissional eficientes para melhorar a qualificação dos trabalhadores.

Com enfoque similar ao estudo supracitado, Barbosa Filho e Pêssoa (2011) analisam a redução da taxa de desemprego no Brasil, entre 2001 e 2008, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O estudo apresenta nova decomposição da taxa de desemprego, ao separar a taxa em dois efeitos, a saber: efeito nível (razão desocupados/ População em Idade Ativa (PIA) e taxa de participação) e seus respectivos efeitos composição. As principais conclusões pautam-se na queda de 2% do desemprego no país, de 2001 a 2008, menos acentuada em comparação ao declínio registrado de 3,8%, com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a qual considera somente as regiões metropolitanas. Além disso, a variação da composição etária e de escolaridade da força de trabalho descreveu de 25% a 30% da queda do desemprego, e a alteração da taxa de participação teve impacto importante na descrição da redução de empregos. Por fim, é destacada, no período analisado, a ocorrência de diminuição permanente da taxa de desemprego relacionada à universalização da educação, responsável por reduzir o peso relativo dos mais jovens no cenário laboral, grupo representante dos níveis mais elevados de desemprego.

Com abordagem alternativa, Silva e Fonseca Neto (2014) analisam os efeitos da crise financeira de 2008 sobre o setor empregatício nas regiões metropolitanas brasileiras a partir da PME, com dados referentes ao ano de 2002 até 2010. Para isso, utilizaram a metodologia de decomposição da variação do desemprego em contribuições da oferta e demanda por mão de obra. As inferências são de que os reflexos da crise não devem ser entendidos como brandos, apesar da elevação aparentemente pequena da taxa de desemprego. Nesse contexto, a retração da demanda por mão de obra foi a mais intensa registrada, com os dados da atual metodologia da pesquisa, iniciada em março de 2002. A elevação do desemprego foi contida pela desaceleração da oferta de mão de obra, beneficiada pela menor pressão exercida pela PEA feminina. Setorialmente, a perda de postos de trabalho concentrou-se na indústria, sobretudo, na indústria de transformação.

Adicionalmente, Attuy (2014) avalia os ciclos do desemprego no Brasil e sugere a margem de ingresso para o desemprego[[2]](#footnote-2) como o principal responsável por sua flutuação, a partir de dados de fluxo de trabalhadores, de 2002 a 2010, obtidos a partir da PME. Conforme o estudo, o setor empregatício do Brasil revela características mais próximas de um cenário de baixa regulamentação. Nesse sentido, a dinâmica da margem de ingresso para o desemprego pode ser usada para entender melhor os ciclos da taxa de desemprego no país.

Em paralelo, Saboia (2014) discute a aparente contradição entre o baixo crescimento econômico e a melhoria do cenário laboral no Brasil entre 2004 e 2013, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) e da PME. Nessa perspectiva, a queda do PIB não implica, necessariamente, em redução na geração de empregos, pois a esfera ocupacional apresentou crescimento devido a mudanças estruturais na economia brasileira, com a formalização do trabalho e a expansão do setor de serviços. Segundo esta abordagem, a conjuntura mencionada resulta da contínua geração de empregos de baixos salários e reduzida produtividade no país. Logo, o desenvolvimento do segmento trabalhista no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, não passível de ser explicado, apenas, pelo crescimento econômico. Assim, de forma semelhante à Silva Filho, Queiroz e Clementino (2016), Saboia (2014) defende políticas públicas voltadas à regularização do trabalho e ao incremento da produtividade, via investimentos voltados ao aumento da qualidade da educação pública em geral.

Sob outra perspectiva, Brito, Silva e Rossi (2021) analisam a participação no cenário laboral no Brasil, em 2010, com a utilização de metodologias que incluem: o modelo de regressão Logit Multinível, técnicas de Análise Espacial e um Arquétipo Hierárquico-Social[[3]](#footnote-3), para ponderar a existência de Autocorrelação Espacial, em relação as chances de um indivíduo estar empregado. Nas circunstâncias estudadas, fatores como a educação, idade, gênero e localização geográfica são determinantes para a participação na esfera ocupacional, com diferenças significativas entre os municípios do país. Em conformidade com Berg e Ribeiro (2010), o estudo analisado também destaca as desigualdades de gênero no mercado ocupacional trabalhista, com as mulheres enfrentando maior dificuldade de ingresso e manutenção do posto de trabalho, especialmente, em posições de liderança. Para superar essas adversidades, o estudo, de modo similar aos autores mencionados, sugere, para além da implementação de políticas públicas focadas às necessidades locais de empregabilidade (investimento em educação e treinamento), ações com vistas a aumentar a participação feminina no universo ocupacional e melhorar a qualidade do emprego no Brasil.

Com a mesma abordagem de Brito, Silva e Rossi (2021), Pochmann (2015) aponta a participação desigual dos indivíduos no universo ocupacional, determinada por fatores como educação, idade, gênero e localização geográfica. Nessa perspectiva, ao observar a evolução da taxa de desemprego de 2012 a 2015, constata-se a alta dessa taxa nas áreas metropolitanas do Brasil, diretamente, influenciada pelas políticas de ajuste econômico, responsáveis pela recessão econômica brasileira recente (2014-2016), contudo, a intensificação do desemprego não afetou todos os trabalhadores da mesma forma. Os contingentes mais afetados incluem mulheres, pessoas com 50 anos ou mais, com baixa escolaridade, chefes de família e trabalhadores nos setores de trabalho doméstico, construção civil e indústria, principalmente, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

No mesmo tema de pesquisa, Lima, da Silva e Cavini (2019) também abordam as relações desiguais presentes no setor de emprego, em especial, a discriminação sofrida pelo gênero feminino. Dentro dessa pauta, analisa-se a decomposição do desemprego de mulheres brancas, negras e pardas, em 2002 e 2015, no Brasil, via metodologia de Corseiul (1997) com dados da PNAD. Em momentos de retração do nível de emprego, as mulheres são as mais prejudicadas, ao enfrentarem taxas de desemprego superiores às dos homens, 3,4% mais elevadas em 2001 e 3,8% em 2015. Os resultados revelaram o acréscimo da participação do público feminino na composição do desemprego total e a elevação da participação das mulheres negras e pardas entre as mulheres desempregadas, em função, principalmente, da redução da demanda por trabalho. Nesse panorama, a situação das mulheres negras é ainda mais desfavorecida, devido ao fato de serem menos escolarizadas e ocuparem os piores postos de trabalho, com as menores remunerações.

De forma similar, Alves (2022) salienta como o Racismo Estrutural se manifesta, no mercado de trabalho assalariado brasileiro, através da exclusão da população negra dos postos de trabalho formais, bem como na sua alocação no desemprego. Além disso, quando inseridos no mercado, os negros tendem a ocupar postos de trabalho precarizados, subalternizados e com baixa ou nenhuma remuneração.

Sob um ângulo diferente, Carleial (2015) examina, criticamente, a política econômica brasileira do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-16). No cenário analisado, o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou a proposta de ajuste gradual contraposta ao ajuste de choque. Esta alteração, intitulada de neoliberal pelo ex-ministro, seria capaz de impor a forte redução dos gastos públicos, do salário real, do crescimento econômico, lado a lado com o aumento do desemprego e aprofundamento da desindustrialização brasileira, no entanto, no segundo mandato de Dilma Rousseff, foi implementado o chamado ajuste de choque, dessa maneira, o estudo discute os efeitos do ajuste fiscal implementado, responsável por gerar resultados negativos, especialmente, sobre o cenário laboral brasileiro. Estes impactos prejudiciais pautaram-se na perda de postos de trabalho formais, na ampliação do desemprego e na redução das possibilidades de manutenção dos ganhos reais, obtidos pelos trabalhadores brasileiros, de 2005 a 2015.

Em suma, Carleial (2015) destaca que a mitigação dos efeitos desse ajuste exige forte negociação política em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, com o objetivo de recuperar a indústria brasileira. Nesse sentido, evidenciam-se os impactos negativos de políticas econômicas influenciadas por ideais neoliberais, responsáveis por precarizar, principalmente, a qualidade de vidas dos grupos mais vulneráveis socialmente, os quais também são os mais afetados pelo desemprego, como foi supracitado.

Mattei e da Cunha (2020) avaliam a evolução do emprego formal no Brasil, de 2010 a 2016, ao decompor as variações do fluxo de emprego das regiões brasileiras e setores econômicos, com a utilização do método shift-share estocástico. O procedimento utilizado na investigação possibilita decompor as variações do fluxo de emprego das regiões brasileiras e setores econômicos. A pesquisa aponta que a recessão econômica brasileira teve impacto significativo no segmento trabalhista do país. Entre 2013 e 2016, o emprego formal reduziu quase 6%, com perda de, aproximadamente, 3 milhões de empregos. Os efeitos foram sentidos em todas as regiões, com mais intensidade na região Sudeste, com a queda de 7% do emprego total, tendo sido o setor de construção civil o mais prejudicado, contudo, os setores de atividades industriais de utilidade pública, comércio, serviços, administração pública e agropecuária conseguiram manter o crescimento, apesar dos adventos da recessão. Em síntese, as conclusões descrevem efeitos diferentes da recessão econômica nas regiões e setores econômicos.

Adicionalmente, Carvalho e Viego (2023) tratam da evolução do emprego feminino no setor empregatício brasileiro, entre 2003 e 2018, com base no método shift-share. Nesta abordagem, é mostrada a ampliação da participação feminina nos postos de trabalho decente. Enquanto o emprego formal masculino aumentou 46%, entre 2003 e 2018, o feminino cresceu 74%. Ademais, no panorama em questão, a superação de outros obstáculos, como a melhoria nos níveis de renda média e nas taxas de desemprego relativas, também se mostra presente. Em contraste, salienta-se a permanência de estagnação da participação do gênero feminino no ambiente de emprego, no contexto analisado. A abordagem empírica aborda o quanto da variação total do emprego feminino pode ser explicada por fatores nacionais ou setoriais e quanto corresponde a avanços efetivos na inserção das mulheres no universo ocupacional.

Em conclusão, os estudos empíricos aqui abordados permitem identificar os grupos da sociedade mais vulneráveis ​​à desocupação. Adicionalmente, as pesquisas de natureza empírica, do século XXI, evidenciam como esse agravante social afeta, principalmente em cenários de crises econômicas, diferentes aspectos da vida cotidiana ligados a: saúde, em sentido amplo, renda, perspectivas de carreira, relacionamentos, oportunidades de crescimento, participação social, autoestima e identidade, entre outros. Ao analisar a ampla gama de estudos e pesquisas nacionais, observa-se como o desemprego afeta de forma desigual os cidadãos brasileiros, com base na existência de vários marcadores sociais, como gênero, raça e etnia, idade, nível educacional e localização geográfica. Dessa forma, as coletividades mais afetadas pelo acréscimo da desocupação tendem a ser a população negra, as mulheres, os jovens ingressantes no meio de trabalho e os residentes das grandes regiões metropolitanas do país.

Cabe destacar que a revisão da literatura destacou o desemprego como desafio persistente no Brasil, afetado pela combinação de fatores estruturais e conjunturais, à exemplo de flutuações econômicas, políticas governamentais e características demográficas importantes. Ademais, foram observadas diferenças significativas entre taxas de desemprego das regiões do país, urbanas e rurais, devido às particularidades de cada contexto socioeconômico. Além disso, os estudos de campo permitem identificar as razões por trás das discrepâncias no acesso ao setor empregatício e as barreiras dificultadoras para o estabelecimento de situação propícia à expansão do trabalho descente para ambos os grupos sociais. Nessas circunstâncias, a maioria das pessoas economicamente ativas, em determinada região ou país, está empregada ou tem acesso a oportunidades de emprego adequadas, a oferta de empregos disponíveis é suficiente para atender à demanda da força de trabalho e a taxa de desemprego é relativamente baixa.

Dessa forma, a compreensão dos estudos empíricos sobre os determinantes do desemprego é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e equitativas capazes de auxiliar a reduzir as desigualdades e promover um ambiente de emprego nacional justo e inclusivo. Os estudos empíricos também podem ser utilizados para monitorar o impacto das políticas governamentais e avaliar a eficácia de diferentes abordagens para subsidiar a formulação de estratégias para combater o desemprego e suas consequências socioeconômicas.

# **METODOLOGIA**

Na presente seção, descreve-se a metodologia empregada na análise da evolução da taxa de desemprego em escala nacional, tendo como base atributos observáveis da força de trabalho, a exemplo de gênero, raça, faixa etária e nível educacional. De forma específica, com base no conjunto de microdados da PNAD Contínua, emprega-se a metodologia de decomposição das variações na taxa de desemprego, conforme Barbosa Filho e Pessôa (2011), Banerjee et al. (2007), Hipple (1997), Shimer (1999), Campbell e Duca (2007) e Costa (2015). Inicialmente, ao definir a taxa de desemprego no período t por Dt, essa pode ser escrita da seguinte forma:

De forma subsequente, acrescenta-se a variável *i*, a qual representaum grupo específico, baseado em critérios, como por exemplo, gênero, raça ou faixa etária.

Assim, a participação de cada agrupamento é dada por e os respectivos percentuais de desocupação são definidos por . Por conseguinte, com base na decomposição da variação da taxa de desocupação, nos componentes de participação (intragrupo) e nível, é possível avaliar os aspectos mais influentes para sua evolução, no decorrer do tempo:

Ao adicionar e subtrair o termo ao primeiro parêntese, e somar e subtrair o termo ao segundo parêntese, as expressões obtidas são:

Dessa forma, torna-se possível decompor a variação da taxa de desocupação em duas componentes: o fator relacionado à mudança do nível da taxa de desemprego ( e o fator associado à variação do percentual de desocupação, em virtude da mudança da composição da PEA[[4]](#footnote-4) (. Especificamente, o chamado efeito-nível analisa a variação da taxa de desemprego dentro de cada grupo (intragrupo) e o efeito-composição examina as mudanças causadas no percentual de desocupação em razão das alterações do peso relativo de diferentes conjuntos (grupos) na PEA.

A exemplo, em 2012, o índice de desemprego para as mulheres era, aproximadamente, 9,07%, tendo, em 2022, aumentado para 10,77%. Em 2012, para os homens, a taxa de desocupação era próxima de 5,66%, e, em 2022, aumentou para 7,11%. Nesse cenário, o efeito-nível observado mostrou a variação positiva de 1,56% nos índices de desemprego de 2022 para ambos os sexos, em comparação a 2012. Ademais, o efeito-composição positivo (cerca de 0,07%) evidencia a mudança do peso relativo de homens e mulheres na PEA (alteração positiva de 3,5% na participação feminina) e é responsável pelo acréscimo no percentual do desemprego. No panorama analisado, os indivíduos do sexo feminino apresentam maior taxa de desocupação, em comparação a pessoas do sexo masculino, o que torna possível deduzir, a partir do efeito-composição positivo, que houve maior participação das mulheres na PEA, ao se comparar 2012 a 2022.

Em síntese, esta metodologia viabiliza a análise da variação da taxa de desemprego em nível nacional, ao utilizar como base atributos observáveis da mão de obra (tais como gênero, etnia, faixa etária e nível educacional). Adicionalmente, é possível realizar a desagregação entre áreas metropolitanas (RMs) e não metropolitanas (RNMs), além de possibilitar a distinção entre o contexto urbano brasileiro e o ambiente rural de forma a enriquecer a compreensão das dinâmicas do mercado laboral em diferentes territórios do país.

# **Fonte e Tratamento dos Dados**

Neste estudo, são empregados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a qual é conduzida, trimestralmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 2012. A PNAD Contínua tem como objetivo monitorar as variações e o desenvolvimento da força de trabalho, a curto, médio e longo prazo, além de coletar outras informações relevantes para o estudo do progresso socioeconômico do país (IBGE, 2014).

A amostra utilizada abrange os anos de 2012 a 2022 com o objetivo de mostrar as mudanças, ao longo desse período, com destaque a dois pontos de inflexão conjuntural nacional: o triênio de 2015 a 2017 (crise nacional econômica) e o triênio de 2020 a 2022 (pandemia Covid-19). A pesquisa restringe-se aos residentes do Brasil em áreas urbanas e rurais, com a inclusão das Regiões Metropolitanas (RMs) e Não Metropolitanas (RNMs). Além disso, os dados são ponderados de acordo com a representatividade de cada observação. Como ferramenta de análise, utilizou-se o software estatístico Stata, o qual forneceu as informações necessárias para decompor a taxa de desemprego, conforme apresentado na seção de resultados. Em sequência, o Quadro 1 apresenta os recortes da amostra selecionados para este estudo, com base na PNAD Contínua.

Quadro 1 – Variáveis categóricas selecionadas para construção da amostra

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Gênero** | **Raça** | **Nível de Instrução** | **Faixa Etária** | **Área de Residência** | **Região de Ocupação** |
| Homem | Branca | Menos de 1 ano de estudo | 14 anos de idade ou menos | Urbana | Metropolitana |
| Mulher | Negra | Fundamental incompleto | 15 a 18 anos | Rural | Não Metropolitana |
|  |  | Fundamental completo | 19 a 24 anos |  |  |
|  |  | Médio incompleto | 25 a 39 anos |  |  |
|  |  | Médio completo | 40 a 49 anos |  |  |
|  |  | Superior incompleto | 50 a 59 anos |  |  |
|  |  | Superior completo | 60 anos de idades ou mais |  |  |

Fonte: Elaboração própria.

# **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Diante dos objetivos propostos, na presente seção, empreende-se a análise dos resultados obtidos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2022, incorporando informações do ambiente urbano e rural, com a distinção entre regiões metropolitanas (RMs) e não metropolitanas (RNMs). Inicialmente, a Tabela 1 destaca as taxas de desemprego nacionais e suas variações, ao longo do referido intervalo temporal. Este exame aprofundado visa identificar os grupos populacionais, de acordo com suas características individuais e locacionais, mais impactados pelo desemprego, durante o período supracitado.

Figura 1 - Taxas de desemprego e variação ao ano, Brasil, 2012 a 2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Entre 2012 e 2014, as taxas de desemprego apresentaram tendência decrescente, com diminuição de 7,09% para 6,38%. A queda observada foi impulsionada pelo crescimento econômico[[5]](#footnote-5) nacional proveniente, em parte, da expansão significativa no mercado de commodities e da ampliação da demanda global por esses bens, devido à expansão econômica chinesa e de outros países em desenvolvimento (SESSA, SIMONATO, DOMINGUES, 2017). Ademais, outros fatores, como acesso facilitado ao crédito para as famílias, com a implementação de programas do Governo, como o Minha Casa, Minha Vida, e eventos específicos, como a Copa do Mundo FIFA, realizada no Brasil, em 2014, favoreceram o decréscimo da taxa de desocupação entre 2012 e 2014 (MATTOS, 2015; MATTEI, 2020).

Nessa perspectiva, as condições expostas estimularam a criação de empregos, no entanto, esse cenário positivo não perdurou, devido ao estopim de desafios econômicos nacionais, a partir de 2015, incluindo desaceleração econômica global, queda nos preços das commodities e crises políticas internas. Em 2015, a economia brasileira enfrentou retração significativa de 3,8%, uma das mais profundas de sua história (AMORIM NETO, 2016), com aumento de 23,04% na taxa de desemprego, em relação ao ano anterior. Essa elevação foi impulsionada pela crise econômica nacional relacionada a mudanças na política econômica com ajustes fiscais contracionistas e descontrole do processo inflacionário, instabilidade política em virtude de escândalos de corrupção, ocorridos de 2014 a 2016, e redução de investimentos, devido à incerteza sobre os rumos da economia brasileira (POCHMANN, 2015; CHAHAD, 2016; MATTEI, 2020). O agravamento da crise política inicia-se, em maio de 2016, quando a então Presidente da República, Dilma Rousseff, foi afastada da presidência pelo Senado Federal, para ser julgada por crime de responsabilidade fiscal. Em agosto do mesmo ano, Dilma foi, definitivamente, destituída da chefia do Estado brasileiro, dando lugar a Michel Temer como Chefe de Governo efetivo do país (AMORIM NETO, 2016).

Posteriormente, em 2017, com o propósito de fomentar a formalização dos vínculos laborais e o acréscimo do número de empregos disponíveis, a proposta de Reforma Trabalhista tornou-se lei, em novembro, durante o mandato de Michel Temer (2016-18), e entrou em vigor, no final do mesmo ano. Nesse cenário, foram adotados cortes nos custos diretos e indiretos dos empresários com a força de trabalho, resultantes de flexibilização das leis trabalhistas, facilidade de contratação e demissão de funcionários e da redução de encargos trabalhistas e previdenciários (FILGUEIRAS, KREIN, OLIVEIRA, 2019). O intuito foi flexibilizar os dispositivos legais sobre a jornada de trabalho e sobre a remuneração, ao propor a prevalência de acordos coletivos sobre a lei (CARVALHO, 2017).

Em 2020 (primeiro ano pandêmico), observou-se o acréscimo de 11,80% no percentual de desocupação em comparação a 2019, causado pelos impactos severos do COVID-19. Nessa conjuntura, o fechamento generalizado de empresas, a contração da atividade econômica e a incerteza econômica predominante resultaram em demissões em larga escala, responsáveis por impactar setores diversos, notadamente, o turismo, a indústria e o segmento de serviços. Especificamente, os setores de turismo e serviços, caracterizados por empregarem trabalhadores informais, em maior intensidade, foram, profundamente, impactados pelas medidas de distanciamento social. Nesse contexto de demissão em massa, a ausência de proteção social para os trabalhadores informais os colocou em posição ainda mais vulnerável, privando-os de relativa segurança financeira para enfrentar a crise (BARBOSA, COSTA, HECKSHER, 2020; MATTEI, HEINEN, 2020).

Adicionalmente, as medidas governamentais para conter os efeitos prejudiciais da pandemia sobre a esfera econômica, embora implementadas, não lograram conter, de maneira suficiente, o substancial incremento do desemprego (AULER, 2022). Por fim, retomando a Figura 1, nota-se uma possível recuperação do mercado laboral, evidenciada pela redução significativa da taxa de desemprego de 28,12%, ao passar de 12,09%, em 2021, para 8,69%, em 2022.

Em síntese, esta primeira análise longitudinal dos anos de 2012 a 2023 revela uma trajetória multifacetada das taxas de desemprego no contexto brasileiro. Inicialmente, constata-se a tendência decrescente do desemprego, de 2012 a 2014, dada a variação negativa da ordem de 10,01%, influenciada pelo crescimento econômico de 16,68% do PIB, em 2014, equiparado a 2012 (IBGE, 2016). A partir de 2015, no entanto, observa-se a ascensão nos percentuais de desocupação e, posteriormente, o impacto acentuado decorrente da pandemia de COVID-19, deflagrada em 2020, precipitou uma série de demissões em grande escala.

Em conformidade com Pinto (2023), a subsequente fase de recuperação, embora marcada por desafios inerentes, é delineada pelos dados de 2022, os quais sugerem uma ressurgência econômica para o Brasil e perspectivas para a superação do período pandêmico, ao conferirem menor instabilidade ao cenário laboral brasileiro. Ademais, a revitalização econômica, pós-pandemia da COVID-19, mostrou-se um processo gradual e complexo, influenciado por diversos fatores, como a eficácia das políticas públicas implementadas, a exemplo do Auxílio Emergencial, da confiança dos agentes econômicos, do progresso da vacinação, entre outros.

# **Decomposição da variação da taxa de desemprego: fatores sociodemográficos e regionais**

Nesta seção, são delineadas as análises das decomposições das flutuações nas taxas de desemprego, ao considerar diversos fatores sociodemográficos e regionais empregados como parâmetros. Porquanto, tendo em vista que a taxa de desemprego global é sensível às variações nas características de composição da População Economicamente Ativa (PEA), assim como às vicissitudes do cenário econômico, torna-se pertinente discernir os fatores de maior impacto.

Cale lembrar que o efeito composição da PEA possibilita inferir a relevância das modificações na participação de distintos grupos constituintes da PEA. Já o efeito nível viabiliza ilustrar a magnitude do impacto negativo decorrente da deterioração da conjuntura econômica brasileira. Desse modo, o efeito total representa a diferença entre as taxas de contribuição ao desemprego de cada um dos efeitos elucidados, anteriormente. Para tal, a discussão inicia-se pela Figura 2 fundamentada na equação 10 da seção metodológica, e contempla a composição do mercado de trabalho brasileiro por gênero, de 2012 a 2022.

Figura 2 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por gênero, Brasil, 2012-22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Os desdobramentos apresentados na Figura 2 destacam o substancial incremento da taxa de desemprego dentro dos estratos populacionais analisados. O efeito nível revela-se de suma relevância, especialmente, no contexto da taxa de desocupação, segundo o gênero. Principalmente, no intervalo de 2012 a 2017, quando os avanços anteriores, ilustrados pelos índices de desemprego, foram superados de maneira significativa, contudo, no período de 2017 a 2022, observa-se o contrário: notável retração das taxas de desocupação. Em contrapartida, o efeito composição, embora de magnitude reduzida, demonstra-se de grande relevância, ao considerar a alteração na composição da PEA com a inclusão de mais mulheres. Dado que a taxa de desemprego entre as mulheres é consistentemente superior à dos homens, esse efeito tende a elevar a taxa global, sendo tal efeito acentuado nos anos de maiores índices de desemprego.

Figura 3 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por raça, Brasil, 2012-22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Na Figura 3, encontra-se a decomposição da variação da taxa de desocupação, realizada por raça. Agrupamentos demográficos com taxas de desemprego mais elevadas, como é exemplificado pelo contingente de pretos e pardos (raça negra), testemunharam elevação significativa em sua representatividade dentro da força de trabalho brasileira, especialmente, entre 2012 e 2017. Nesse contexto, o efeito composição contribuiu, de forma substantiva, para o incremento da taxa de desemprego, em conjunto com o impacto da redução da participação da população branca. O efeito composição, sob a perspectiva da raça, revela-se de pouca influência na variação das taxas de desemprego, em comparação com o efeito nível, cuja variação se destaca, assim como evidenciado na decomposição por gênero. Desse modo, alinha-se à tendência ascendente do desemprego nacional total de 2012 a 2017, de 2020 a 2021 e sua proeminente retração, em 2022. Em continuidade às decomposições das variações da taxa de desemprego, na Figura 14, são expostos os resultados derivados do nível de instrução.

Figura 4 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por escolaridade, Brasil, 2012-22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Conforme ilustrado, o efeito composição, à exceção do período 2017-22, revelou-se positivo e colaborou para o acréscimo da taxa de desemprego. Por meio desse efeito, infere-se sobre duas possibilidades: ou houve maior ingresso de indivíduos com níveis educacionais mais baixos na força de trabalho, desde 2014, ou ocorreu a saída de indivíduos com elevado grau de escolaridade da PEA, sendo que, na conjuntura brasileira, essa segunda dinâmica sugere o crescimento da população desalentada (BARBOSA FILHO, PESSOA, 2011). Novamente, o efeito nível predominou como o principal agente na expansão da taxa de desemprego, alinhando-se à tendência anteriormente mencionada nas análises de gênero e raça. Adiante, na Figura 5, é apresentada a decomposição da variação da taxa de desemprego, relacionada às diferentes faixas etárias.

Figura 5 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por faixa etária, Brasil, 2012-22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

A Figura 5 ilustra, de maneira evidente, o significativo retardamento na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Este fenômeno impactou indivíduos até os 39 anos, de modo a diminuir a participação de todas as faixas etárias precedentes na PEA. O adiamento da entrada no mercado de trabalho não surgiu, apenas, em meio ao cenário recessivo, mas já se delineava, impulsionado pela busca intensificada de qualificação por parte dos indivíduos, cujo ingresso em universidades públicas se expandira expressivamente, a partir de 1960, enquanto os esforços de capacitação por meio de pós-graduações também se intensificavam (DE PAULA, 2017). Adicionalmente, a dificuldade de inserção social enfrentada pela juventude, no contexto brasileiro, contribui significativamente para a extensão do processo de transição para a vida adulta. Tal cenário se justifica, em primeiro lugar, pela prolongada permanência dos jovens na escola e, mais recentemente, pelo surgimento do fenômeno da chamada "geração nem-nem", que diz respeito a uma parcela da juventude contemporânea não inserida no mercado de trabalho e não engajada em atividades educacionais (CAMARANO, KANSO, 2012).

É imperativo ressaltar como, a partir do desencadeamento da crise brasileira no final de 2014, o estímulo à inserção no mercado de trabalho experimentou diminuição significativa. Nesse contexto, o efeito composição com indicadores negativos desempenhou papel relevante, ao mitigar o potencial crescimento da taxa de desocupação. Além disso, o efeito nível, inicialmente, contribuiu, positivamente, para a redução da taxa de desemprego, até meados de 2014, contudo, a dinâmica se inverteu, posteriormente, resultando em impacto severo sobre o desemprego, em consonância com as tendências observadas nos demais grupos analisados. Esse panorama apresentou melhora significativa, em 2018, sinalizando relativa recuperação do mercado laboral brasileiro, com o fim da crise nacional, e manteve-se, até 2020, quando sofreu os impactos negativos da pandemia Coronavírus. Na sequência, a Figura 6 ilustra a decomposição das variações da taxa de desemprego segundo as áreas de residência (urbana ou rural).

Figura 6 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por área de residência, Brasil, 2012-22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

A Figura 6 delineia dois períodos distintos dentro da análise intragrupo, não obstante a magnitude relativamente modesta dos efeitos. Entre 2012 e 2020, houve acréscimo na participação da população urbana na PEA, o que contribuiu para que o efeito composição fosse positivo, uma vez que este grupo apresenta taxa de desemprego superior à rural, entretanto, a partir da crise mundial sanitária ocasionada pelo coronavírus, houve alteração no perfil dessa participação. A redução da representação da população urbana resultou no incremento proporcional da mesma para a comunidade rural, cuja taxa de desocupação é menos elevada. Observa-se, portanto, leve movimento de êxodo urbano, provavelmente, estimulado pela busca por custos de vida mais baixos, preocupações com saúde, ênfase na qualidade de vida e acesso a espaços ao ar livre (FEITOZA, SIMÔES, 2023). Por fim, a Figura 7 apresenta a decomposição das variações da taxa de desemprego em relação à distinção entre RMs e RNMs.

Figura 7 - Decomposição da variação da taxa de desemprego por região, Brasil, 2012-2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Os dados apresentados na Figura 7 revelam leve migração de trabalhadores das Regiões Não Metropolitanas (RNM) para as Regiões Metropolitanas (RM) de 2012 a 2020, seguindo a tendência delineada pelo efeito composição das áreas urbana/rural. A deslocação em direção aos grandes centros urbanos intensificou-se, influenciada pela busca por localidades capazes de oferecem ampliadas oportunidades de emprego, como é evidenciado nas regiões metropolitanas, contudo, esse panorama se inverte, a partir do início da pandemia global de COVID-19 (FEITOZA, SIMÔES, 2023).

Em conclusão, a análise das decomposições das taxas de desemprego entre 2012 e 2022 revelou a influência significativa de fatores sociodemográficos e regionais no panorama do emprego no Brasil. O efeito composição destacou mudanças na composição da PEA e mostrou-se relevante a partir de análises de diferentes segmentos, como gênero, raça, escolaridade e faixa etária. Ademais, o efeito nível, associado às condições econômicas, teve impacto notável, especialmente, durante momentos de crise.

Os estratos populacionais mais afetados pelo desemprego, conforme delineado nos resultados apresentados, são: mulheres, indivíduos autodenominados como pretos e pardos (negros), pessoas com níveis educacionais intermediários, jovens de 14 a 24 anos, residentes das áreas urbanas e habitantes das regiões metropolitanas. Em conformidade com Brito, Silva e Rossi (2021), os coletivos citados são comumente identificados como grupos mais propensos a enfrentar taxas elevadas de desemprego ou a ocupar posições profissionais menos estáveis. De maneira semelhante, Pochmann (2015) destaca a disparidade na participação dos indivíduos no cenário ocupacional, a qual é influenciada por variáveis como educação, idade, gênero e localização geográfica.

Em suma, no contexto aqui analisado, fica latente a necessidade de elaboração e reformulação de políticas públicas destinadas a esses segmentos, para atenuar as disparidades existentes no mercado de trabalho. Para superar essas adversidades, Brito, Silva e Rossi (2021) propõem, para além da implementação de políticas públicas adaptadas às demandas locais de empregabilidade (investimentos em educação e treinamento), ações direcionadas ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e ao aprimoramento da qualidade do emprego no Brasil, ou seja, à promoção de trabalhos decentes, como meta de desenvolvimento sustentável. A exemplo de projetos voltados para a melhoria e ampliação dos benefícios de licença-maternidade, além do asseguramento ao acesso a creches de qualidade, para atenuar a sobrecarga de trabalho diante da tarefa de conciliação entre trabalho produtivo remunerado e reprodutivo não remunerado, sobretudo, para mulheres chefes de família.

Sobre isso, Saboia (2014), de forma semelhante à Silva Filho, Queiroz e Clementino (2016), defende políticas públicas voltadas à regularização do trabalho e ao incremento da produtividade, via investimentos voltados ao avanço da qualidade da educação pública, em geral. Por fim, conforme proposto por Berg e Ribeiro (2010), ressalta-se a importância de progredir na promoção do trabalho digno, por intermédio de políticas públicas orientadas à formalização laboral, ao estabelecimento de redes de proteção social e iniciativas destinadas a combater a discriminação de gênero e raça no ambiente empregatício.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo como norte a indagação: Quais são os principais fatores capazes de influenciar a taxa de desemprego no Brasil, sob as perspectivas individual e regional, no período de 2012 a 2022? , primeiramente, pode-se inferir que, apesar da melhoria nas condições de emprego, até meados de 2014, a situação do mercado de trabalho brasileiro se deteriorou, significativamente, a partir de 2015, ano mais crítico da crise nacional, quando o aumento do desemprego afetou os agrupamentos sociais de forma desigual. Os índices de desocupação foram mais acentuados entre mulheres, indivíduos pretos e pardos (negros), jovens, pessoas com educação de nível médio, residentes das áreas urbanas e habitantes das regiões metropolitanas. São resultados que confirmam a hipótese deste estudo de que o desemprego impacta, de forma significativa, grupos populacionais estrutural e socialmente mais vulneráveis, os quais têm probabilidade maior de permanecerem também na inatividade, tal como mostra a literatura aqui discutida.

Em adição, o efeito-composição apresentou pouca influência nas taxas de desocupação, em comparação ao efeito-nível. Especificamente, o efeito-composição revelou a alteração do peso relativo das faixas etárias na PEA, ao ilustrar o significativo retardamento na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Este fenômeno impactou indivíduos até os 39 anos, de modo a diminuir a participação na PEA de todas as faixas etárias precedentes. Ademais, o efeito-composição indicou a inclusão de grupos marginalizados, como evidenciado pelos recortes de gênero e raça, com aumento da participação feminina e negra no ambiente laboral. Embora a entrada desses agrupamentos aumente o percentual de desemprego geral, esse movimento é crucial para a inclusão dessa parcela populacional no mercado de trabalho enquanto parte da PEA, todavia, mantem-se o desafio de instrumentos públicos e privados que possam proporcionar oportunidades de trabalho digno a estes segmentos para superar condições de pobreza, bem como proporcionar representatividade social e política, e direitos igualitários.

O fator mais significativo na explicação da evolução da desocupação foi o efeito-nível, responsável por representar 90% das variações médias dos efeitos sobre os grupos e refletir, diretamente, a degradação das condições de emprego no período analisado. A forte recessão nos anos de 2015 e 2016 contribuiu, significativamente, para esse declínio, ao interromper o crescimento do mercado de trabalho brasileiro e gerar demissões em massa, além de encerrar oportunidades de novas contratações. Além disso, em 2020, foi observado o aumento significativo na taxa de desemprego, cerca de 11,80%, em comparação a 2019, devido aos impactos severos da epidemia global de COVID-19. Neste contexto, a generalizada cessação de operações empresariais, a contração da atividade econômica e a predominância da incerteza culminaram em demissões em grande escala, responsáveis por afetarem diversos setores, notadamente o turismo, a indústria e o segmento de serviços.

Acerca do mérito deste estudo, destaca-se os recortes sociodemográfico, regional e temporal utilizados, bem como a contribuição empírica embasada em metodologia e base de dados consolidadas na literatura, com foco nos efeitos da crise nacional em dois períodos distintos e muito importantes conjunturalmente para a nação. Já a limitação do estudo pauta-se no fato de o método ser descritivo exploratório, o qual não inclui abordagens de inferência estatística, análises de regressão e previsão econômica para validar os resultados apresentados.

Dito isso, como sugestão para investigações futuras, portanto, propõe-se ampliar a discussão para incluir resultados obtidos por métodos de análise de regressão, aumentar o período de amostragem para avaliar as tendências temporais e os efeitos relacionados às políticas econômicas adotadas, durante o mandato de Lula, iniciado em 2023, e os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado em 2022.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do Racismo estrutural. Revista Katálysis, v. 25, p. 212-221, 2022.

AMORIM NETO, O. A Crise Política Brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, Sequelas e Profilaxia. Relações Internacionais, n. 52, 2016.

ATTUY, G. D. M. Decomposição dos ciclos do Desemprego: Uma Aplicação Para o Brasil a Partir dos Fluxos do Trabalho. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2014.

AULER, L. H. E. Os impactos da crise de Covid-19 para o mercado de trabalho brasileiro a partir dos indicadores produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Orientador: Cássio Calvete. 2022. 57 F. TCC (Graduação) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2022.

BARBOSA, A. L. N. D. H.; COSTA, J. S. D. M.; HECKSHER, M. D. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?. 2020.

[BARBOSA FILHO, F. H.](http://lattes.cnpq.br/0725110703736129); [PESSOA, S. A.](http://lattes.cnpq.br/1672074409491736) . Uma Análise da Redução da Taxa de Desemprego. In: 39o Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu. Anais do 39o Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2011.

BANERJEE, A. et al. Why Has Unemployment Risen in the New South Africa? Working Paper 13167, Columbia University Press, v. 16, p. 715-740, jun. 2007.

BERG, J.; RIBEIRO, J. A. C. Evolução recente do trabalho decente no Brasil: avanços e desafios. 2010.

BRITO, D. J. M. D.; SILVA, M. V. A.; ROSSI, M. C. T. Abordagem hierárquico-espacial dos fatores que afetam a participação no mercado de trabalho brasileiro. 2021.

CAMARANO, A. A., KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam,

não trabalham e não procuram trabalho? Mercado de trabalho. v. 53, p. 37-44, 2012.

CAMPBELL, C. M.; DUCA, J.V. The Impact of Evolving Labor Practices and Demographics on U.S. Inflation and Unemployment. Federal Reserve Bank of Dallas Working Paper 0702, 2007.

CARVALHO, P. A. D.; VIEGO, V. Evolução do emprego feminino no mercado de trabalho brasileiro: uma análise shift-share entre 2003 e 2018. Economia e Sociedade, v. 32, p. 207-224, 2023.

CARVALHO, S. S. D. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. 2017.

CARLEIAL, L. M. D. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. Estudos avançados, v. 29, p. 201-214, 2015.

CHAHAD, J. P. Z. O Mercado de Trabalho em 2016: O Que Já Está Ruim Ainda Vai

Piorar. Temas de Economia Aplicada, 2016.

COSTA, D. P. C. Uma Análise Descritiva do Índice de desemprego no Brasil. Tese (Mestrado em Finanças e Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 45. 2015.

DE PAULA, M. D. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, p. 301-315, 2017.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades da população negra no mercado de trabalho. DIEESE, 2023. Disponível em: < https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: fev. 2024.

FEITOZA, B. M.; SIMÕES, J. H. S. Êxodo Urbano: Uma nova forma de morar. ÁTRIO, v. 2, n. 1, 2023.

FGV-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mulheres jovens no mercado de trabalho: desafios à vista. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Artigos. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/mulheres-jovens-mercado-trabalho-desafios-vista>. Acesso em: fev. 2024.

FILGUEIRAS, V. A.; KREIN, J. D. (Org.) ; OLIVEIRA, R. V. (Org.) . Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

HIPPLE, S. Worker Displacement in an Expanding Economy. Monthly Labor Review, December 1997, pp. 25-39.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2023.

\_\_\_\_\_\_. Pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2023.

\_\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2023.

\_\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004\_informativo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

\_\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua. Microdados da PNAD. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 24 jan. 2024.

\_\_\_\_\_\_. PIB cresce 0,5% em 2014 chega a R$ 5,8 trilhões. 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9470-pib-cresce-0-5-em-2014-chega-a-r-5-8-trilhoes>. Acesso em: 31 jan. 2024.

\_\_\_\_\_\_. PIB cresce 3,0% em 2013 e chega a R$ 5,3 trilhões. 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9636-pib-cresce-3-0-em-2013-e-chega-a-r-5-3-trilhoes>. Acesso em: 16 fev. 2024.

\_\_\_\_\_\_. PIB cresce 3,0% em 2013 e chega a R$ 5,3 trilhões. 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9636-pib-cresce-3-0-em-2013-e-chega-a-r-5-3-trilhoes>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LIMA, D. J. P.; DA SILVA, A. M. R.; CAVINI, L. Y. D. S. Análise da Decomposição do Desemprego de mulheres brancas, negras e pardas em 2002 e 2015. Econômica, v. 21, n. 2, 2019.

MATTEI, T. F.; DA CUNHA, M. S. A crise econômica brasileira e seus efeitos sobre o emprego formal: uma decomposição shift-share estocástica. Orbis Latina, v. 10, n. 1, p. 116-138, 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, p. 647-668, 2020.

MATTOS, F. A. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. Estudos Avançados, v. 29, p. 69-85, 2015.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 293-307, 2016.

PINTO, R. D. C. O mercado de trabalho brasileiro na pandemia da COVID-19: impactos e políticas públicas de proteção e fomento ao emprego e à renda. 2023.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos avançados, v. 29, p. 7-19, 2015.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho-Como entender a aparente contradição? Estudos avançados, v. 28, p. 115-125, 2014.

SESSA, C. B.; SIMONATO, T. C.; DOMINGUES, E. P. O ciclo das commodities e crescimento regional desigual no Brasil: uma aplicação de equilíbrio geral computável (EGC). Texto para Discussão, n. 551, 2017.

SILVA, F. J. F. D.; FONSECA NETO, F. D. A. Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. Nova Economia, v. 24, p. 265-278, 2014.

SILVA FILHO, L. A. D.; QUEIROZ, S. N. D.; CLEMENTINO, M. D. L. M. Mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. Mercator (Fortaleza), v. 15, p. 37-54, 2016.

SHIMER, R. Reassessing the Ins and Outs of Unemployment. Review of Economic Dynamics, Elsevier for the Society for Economic Dynamics, [S.L], v. 15, p. 127-148, set. 2007.

1. Agradecimento à Fapemig pelo financiamento da pesquisa. [↑](#footnote-ref-1)
2. De acordo com Attuy (2014), a margem de ingresso, ou margem de separação, faz referência àqueles que deixam o emprego e se tornam desempregados. [↑](#footnote-ref-2)
3. Conforme Brito, Silva e Rossi (2021), o Arquétipo Hierárquico-Social pode ser entendido como um tipo de modelo estatístico usado para analisar dados que possuem uma estrutura hierárquica e uma componente espacial. [↑](#footnote-ref-3)
4. Conforme Oshiro e Marques (2016), a População Economicamente Ativa (PEA) representa o contingente potencial de mão de obra disponível para o setor produtivo e compreende tanto indivíduos empregados, quanto desempregados. [↑](#footnote-ref-4)
5. O PIB nominal atingiu R$ 4,8 trilhões, R$ 5,3 trilhões e R$ 5,8 trilhões em 2012, 2013 e 2014, respectivamente (IBGE, 2016). [↑](#footnote-ref-5)